



# Congreso Internacional de Educaciones, Pedagogías y Didácticas

**Pedagogías críticas  
latinoamericanas**

Tunja - Boyacá

# 2020

Del 6 al 9 de octubre

**Experiencias de maestras y maestros**

**TEMAS SOCIALMENTE RELEVANTES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
DE HISTÓRIA: O RACISMO COMO OBJETO DE TENSÃO E  
PROBLEMATIZAÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE**

**Autor:**

**Martins da Silva, Mónica**

Universidade Federal de Santa Catarina/Universidad Autónoma de Barcelona

**Correo electrónico:** [moniclio@yahoo.com.br](mailto:moniclio@yahoo.com.br)

**Eje temático:** Pedagogías Críticas Latinoamericanas

**Resumo:** A abordagem dos “temas socialmente relevantes” no Ensino de História possibilita a reflexão sobre temáticas controversas, delicadas e difíceis no universo escolar, promovendo o diálogo com temas do presente, invariavelmente fruto de disputas e controvérsias, como é o caso da temática do racismo no Brasil. Nesse trabalho reflito sobre as estratégias formativas que venho desenvolvendo no contexto das disciplinas Estágio Supervisionado em História I e II, oferecidas para alunos da licenciatura em História da Universidade Federal de Santa Catarina. A escolha de abordar a história e da cultura afro-brasileira tem ganhado centralidade nesse trabalho formativo, sobretudo no que se refere à preocupação com os aspectos difíceis e dolorosos dessa história como: a diáspora da população negra no Atlântico para a América Portuguesa, as lutas pela liberdade e as permanências desse passado por meio das práticas atuais de racismo que vem se construindo historicamente e resultando em questões como: o trabalho análogo ao de escravo; o encarceramento em massa da população negra brasileira; os embates e entraves das políticas de ação afirmativa, especialmente as cotas para afrodescendentes nas universidades públicas, dentre outros. O objetivo será apresentar e analisar algumas estratégias didáticas,

explicitando inquietações que me acompanham no processo de orientação desses estudantes, seja em sala de aula, seja no processo de acompanhamento e orientação das aulas. O desafio tem sido conjugar a formação docente às demandas políticas do nosso tempo, articulando presente, passado e futuro e por meio dele promover a formação de estudantes do ensino superior e da educação básica, comprometidos com a reflexão, a crítica e também com a transformação de ideias, valores e práticas sociais e políticas.

**Palavras chave:** Ensino de História; Temas socialmente relevantes; Racismo; História e cultura dos povos afro-brasileiros.

### **Introdução**

Ao longo dos últimos dez anos venho atuando como professora do Departamento de Metodologia de Ensino da Universidade Federal de Santa Catarina, especialmente na docência das disciplinas Estágio Supervisionado em História I e II. Compreendidas por muitos como disciplinas práticas, os Estágios Supervisionados, especialmente nos cursos de licenciatura, incorporam, em grande medida, um conjunto de atividades obrigatórias, sendo muitas delas práticas de observação, pesquisa e aulas em escolas da educação básica. No entanto, nos últimos anos, no decorrer de longo processo de (re) definições de políticas de formação de professores, alimentado pelo debate no campo acadêmico, de que a dissociação entre teoria e prática resulta em um empobrecimento no processo formativo, essa concepção tem sido revista e atualmente compreende-se que o Estágio Supervisionado, nos cursos de licenciatura, é uma disciplina teórico-prática. Nesse sentido, o pressuposto é que a atividade docente é, ao mesmo tempo, prática e ação, constituindo-se como um modo de intervir na realidade social, por meio de formas de se educar, que são instituídas por sujeitos com seus modos de agir e pensar, com compromissos, valores e formas de leitura de mundo, que são desenvolvidos em contextos educativos, também com sujeitos e características próprias. (PIMENTA e LIMA, 2012, p. 42). Ao mesmo tempo, deve-se considerar que a prática educativa

também é um traço cultural compartilhado que relaciona-se com outros âmbitos da sociedade e de suas instituições e também com os saberes docentes, constituindo-se, assim, num processo cujas escolhas teórico metodológicas podem ser examinadas e interrogadas permitindo o questionamento de práticas e ações (Idem, p. 43), problematizando visões internalizadas, práticas socialmente reconhecidas ou desvalorizadas.

Nesse texto, apresento e reflito sobre esse trabalho que venho desenvolvendo, comentando e analisando algumas estratégias adotadas, especialmente no que se refere ao trabalho com o racismo, associado ao estudo da História e da cultura dos povos africanos e afro-brasileiros no Brasil. O trabalho com essa temática tem sido uma escolha política realizada ao longo desses anos, como forma de associar à formação docente não apenas a discussão de alguns pressupostos teóricos e metodológicos que envolvem a formação de professores, mas também adicionar a dimensão axiológica como elemento fundamental desse processo, especialmente para o Ensino de História no Brasil, país que possui a segunda maior população negra do mundo e que ao longo de séculos vem enfrentando problemas muito graves decorrentes do racismo, como a desigualdade social, a pobreza, o encarceramento em massa de populações negras, o trabalho análogo ao de escravo, dentre outros temas que perpassam o cotidiano brasileiro.

O desafio central desse trabalho tem sido conjugar a formação docente às demandas políticas do nosso tempo. Ao eleger o racismo como tema central para se debater a sociedade brasileira, articulando presente, passado e futuro, proponho promover a formação de estudantes do ensino superior e da educação básica, comprometidos com a reflexão, a crítica e também com a transformação de ideias, valores e práticas sociais e políticas.

- **Ensino de História e culturas afro-brasileiras como um desafio político e pedagógico na formação docente**

A disciplina "Estágio Supervisionado em História I" tem como objetivo introduzir os estudantes do curso no campo de estágio, por meio de atividades diversas que envolvem a observação e a investigação do cotidiano e da cultura escolar, assim como orienta a construção de um projeto de ensino, planos de aula e materiais didáticos que são desenvolvidos, no semestre seguinte, no decorrer da disciplina "Estágio Supervisionado em História II". Esta tem como objetivo oferecer subsídios teórico-práticos para o exercício da docência por meio da atuação do(a) acadêmico(a) no conjunto das atividades escolares e na prática pedagógica. Também faz parte dos objetivos dessa etapa, a revisão e adequação dos planos e materiais didáticos elaborados anteriormente, e a sistematização das atividades desenvolvidas por meio de diferentes produções escritas e a socialização das experiências de Estágio (SILVA, 2018).

Considerado o conjunto de demandas dessas disciplinas, uma das escolhas tem sido promover a formação inicial desses professores por meio de projetos de pesquisa que vem permitindo conjugar discussões sobre os saberes docentes envolvidos no processo de formação inicial de professores; a cultura escolar da instituição com a qual vimos trabalhando e também com os saberes escolares e as discussões curriculares, especialmente aquelas associadas ao Ensino de História e Culturas afro brasileiras e indígenas, regulamentadas por legislação desde o ano de 2003, por meio da lei 10639/2003; Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico Raciais (2004); Lei 11645/2008, dentre outros documentos.

Além dos desafios de se defender o Ensino de História como campo de pesquisas (MONTEIRO, 2007) a proposta de trabalho com a História dos povos africanos e afro-brasileiros tem se esbarrado em algumas especificidades. A primeira diz respeito ao fato de a instituição onde trabalho estar localizada em Santa Catarina, um pequeno estado da região sul do Brasil reconhecido como umas das regiões brasileiras com maior presença de população de origem europeia, cujas narrativas históricas hegemônicas se construíram à margem da história da sua

população indígena e afro-brasileira, produzindo silenciamentos profundos sobre esse passado (LEITE, 1996; MAMIGONIAN, 2006). Embora essas narrativas já estejam há muitos anos em questionamento, seja por uma historiografia engajada em questionar esses silenciamentos e produzir pesquisas sobre a história de povos africanos, afro-brasileiros e indígenas, seja pelos movimentos sociais que também vem ocupando espaço no debate de questionamento dessas invisibilidades, ainda persistem ideias do senso comum veiculadas pelas mídias e propagandas de turismo de um Estado com população predominantemente branca, onde o racismo e os preconceitos raciais não seriam temas relevantes.

Embora a grande maioria dos estudantes não corroborem essas ideias, sobretudo porque o currículo do curso de História incorpora em grande medida reflexões acumuladas pelas pesquisas acadêmicas em diferentes áreas que desmontam essas narrativas, muitos deles são brancos ou mesmo de famílias de origem europeia, o que os coloca em uma posição de privilégio e distanciamento da temática, por não enfrentá-la no seu cotidiano. Além disso, os estudantes do colégio de Aplicação, instituição com a qual são desenvolvidas as atividades docentes, são também em sua maioria são brancos e muitos deles provenientes de classe média, o que em alguma medida poderia provocar questionamentos acerca da relevância do trabalho com a temática racial para esses alunos.

O caminho escolhido para argumentar e defender o trabalho frente a esse cenário, tem sido exatamente aquele escolhido por muitos pesquisadores da área que afirmam que a construção de uma sociedade antirracista se faz por meio de um amplo projeto formativo que envolve escolas e outros agentes sociais e políticos, que precisam engajar todos os grupos sociais e étnicos, compreendendo que o racismo é uma complexa construção cultural e histórica que diz respeito não apenas a homens e mulheres negros, pardos e indígenas, mas sim a todos os agentes sociais que produzem e reproduzem preconceitos e discriminação, diariamente. (ABREU e MATTOS, 2008) Além disso, considero indissociável da reflexão sobre a história e a historiografia brasileira nos dias

atuais, a sua relação com o passado escravista, que produziu marcas muito profundas e que pode ser caracterizado como aquele tipo de passado que não passou, ou seja, a sua continuidade é retroalimentada a cada dia pela desigualdade que separa e hierarquiza brancos, negros, pardos, indígenas, dentre outros grupos étnicos.

Um aspecto importante tem sido introduzir a essa formação o debate sobre a temática da branquitude, categoria considerada por vários pesquisadores como fundamental para se debater o racismo porque considera o lugar social, cultural e político dos brancos na definição e manutenção desse processo, refletindo sobre o seu lugar de privilégios, permitindo questionar quem é o branco no Brasil e o que é ser branco, também analisando esse lugar simbólico que não é estabelecido propriamente por questões genéticas, mas sobretudo pelos lugares sociais que esses sujeitos ocupam (SCHUCMAN, 2014). Para alguns estudantes, esse não é um movimento confortável e simples, mas sim um esforço de deslocamento de sentidos impermanente e complexo, mas que tem se revelado uma estratégia potente para suscitar a reflexão, a revisão de posturas e visões de mundo, ainda que muitas vezes sejam incômodas e de difícil assimilação.

Nessa minha experiência como professora que atua na formação inicial de outros professores, o investimento na abordagem desse tema da História e cultura dos povos africanos e afrodescendentes e também de povos indígenas, tanto como eixo conceitual e metodológico, como princípio ético-político, considera que a formação docente é um processo complexo que envolve diferentes aspectos que precisam estar interligados e entrelaçados. A intenção, com esse trabalho, não é simplesmente propor ingenuamente a inserção de novos conteúdos na formação docente e no currículo escolar. Em consonância com a produção no campo dos estudos da sociologia da educação acerca do currículo, o primeiro movimento foi evidenciar as relações de saber- poder presentes na seleção e tratamentos dos conteúdos curriculares e a posição estratégica que ocupam na produção dos processos de discriminação e desigualdades culturais e sociais

(SILVA, 1995). Assim, procuramos problematizar as conseqüências do silêncio e do ocultamento das experiências sociais de homens e mulheres africanos, afrodescendentes e indígenas na história ensinada nas escolas brasileiras e discutimos objetivos, conteúdos e metodologias para a construção da abordagem de temáticas que correspondam às diretrizes da legislação.

A escolha de abordar a história e a cultura afro-brasileira tem ganhado centralidade nesse trabalho formativo, principalmente no que se refere à preocupação com os aspectos difíceis e dolorosos que constroem o racismo no Brasil como: a diáspora da população negra no Atlântico para a América Portuguesa, as lutas pela liberdade e as permanências desse passado por meio das práticas atuais de racismo que vem se construindo historicamente e resultando em questões como: o trabalho análogo ao de escravo; o encarceramento em massa da população negra brasileira; os embates e entraves das políticas de ações afirmativas, especialmente as cotas para afrodescendentes nas universidades públicas, dentre outros temas.

Nesse sentido, venho considerando a abordagem desses temas, que podem ser vistos como socialmente relevantes e vivos, mas também difíceis, dolorosos e sensíveis, como parte de um trabalho de defesa do papel político do ensino de história na pesquisa, na formação de professores e também na sala de aula. Do mesmo modo, também se explicitam nessas escolhas a defesa de uma formação histórica, com capacidade de desenvolver a crítica e a capacidade de posicionamentos, mas também a empatia seja por meio da identidade ou da alteridade, comprometendo-se com uma formação socialmente ética e responsável, em diálogo permanente com a reflexão sobre a construção histórica dessas problemáticas. Os "temas socialmente relevantes" também nomeados de "questões socialmente vivas" ou mesmo aqueles considerados como "temas controversos" tem sido objeto de reflexão nas pesquisas de Ensino de História de países como Estados Unidos, Inglaterra, França e Espanha, desde os anos de 1990, abrindo discussões sobre a relevância da abordagem de temáticas

controversas, delicadas e difíceis no universo escolar, promovendo o diálogo com temas do presente, invariavelmente fruto de disputas e controvérsias (LEGARDEZ, SIMONNEAUX, 2006; CANAL, COSTA, y SANTISTEBAN, 2012; PAGÈS, SANTISTEBAN, 2011; FALAIZE, 2014; GIL e CAMARGO, 2018; PEREIRA, 2018).

A história dos povos africanos, afrodescendentes e indígenas atualmente pode ser associada a essa problemática dos temas “socialmente relevantes”, mas ela está presente com maior ou menor frequência nos currículos de História da educação básica brasileira, desde a invenção da disciplina escolar de História no século XIX. No entanto, a abordagem da história desses povos sempre esteve vinculada ao passado colonial brasileiro e a sua representação como povos escravizados, restringindo a sua história a experiências de trabalho, com pouca visibilidade para suas lutas, conflitos e protagonismos sociais e políticos. Da mesma maneira, as suas culturas pouco foram observadas desde a sua complexidade, multiplicidade e dinamismo, resultando em uma larga tradição de abordagens limitadas a seus aspectos folclóricos, generalistas e desvinculados de uma historicidade mais ampla.

Desde o processo de redemocratização do país, após o final da ditadura militar brasileira (1964-1984), o debate sobre o papel da escola, os currículos e os temas necessários para serem ensinados ganham espaço e a preocupação com a diversidade cultural brasileira, vinculadas a uma discussão sobre a cidadania se torna relevante, seja na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, seja nos Parâmetros curriculares nacionais, em que a questão da pluralidade cultural ganha enfoque e se torna um dos temas transversais a serem propostos para o trabalho na educação básica. (GUIMARÃES, 2016) No entanto, o tema seguia uma abordagem que não reconhecia a questão dos conflitos e da diferença, tratando o assunto a partir de uma perspectiva limitada e atrelada a um referencial teórico que não comportava a complexidade da questão.

A aprovação da lei 10639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino da História e Culturas afro-brasileiras (2004), assim como da lei 11645/2008 que altera a lei anterior e acrescenta os povos indígenas, trazem um novo contexto político em que as questões da história e cultura desses povos passam a ser interpeladas a partir de outros elementos como da representatividade, da afirmação, da diferença, demandando outros conteúdos e abordagens que antes não estavam presentes. Nesse sentido, essa legislação opera mudanças significativas nas discussões curriculares, seja no ensino superior, como na educação básica, assim como na formação de professores, demandando outras estratégias de trabalho.

### **Presente-passado e futuro, temporalidades imbricadas na formação docente: diálogo com as culturas juvenis**

Ao longo desses últimos anos nos quais venho desenvolvendo esse trabalho, poucas foram as vezes em que os estudantes questionaram a escolha prévia desses conteúdos envolvendo a história e cultura afro-brasileira para o desenvolvimento do Estágio. A maioria deles, via de regra, ingressa nos Estágios já tendo cursado "História da América Portuguesa" "História da África" e também "História do Brasil Monárquico", disciplinas oferecidas em fases anteriores e cujas discussões são fundamentadas no debate historiográfico sobre o tema. Além disso, respeitam a decisão prévia, fruto de um acordo com a área de História do Colégio de Aplicação de que o Estágio com as minhas turmas seja desenvolvido a partir dessas temáticas, tendo em vista que essa é uma demanda da escola já que os temas fazem parte do currículo da instituição.

Nesse sentido, muitos alunos são sensíveis e se identificam com a proposta, aportando ideias e reflexões que ajudam a construir seus projetos. Os limites recaem no aspecto de que embora tenham frequentando uma disciplina específica de História da África, a mesma não é suficiente para oferecer um repertório vasto de temas e problemas para o ensino de história do continente ou dos povos afro-brasileiros. No que se refere por exemplo ao trabalho com a

História da África, há uma grande dificuldade em pensar a história desses povos fora das estruturas políticas mais complexas como os reinos e impérios, excluindo dessas propostas os estudos sobre as religiões tradicionais, as ancestralidades, a memória e a tradição oral. Na mesma direção, observa-se uma bibliografia mais expressiva sobre a história da África dos séculos XIX e XX, em contextos coloniais e pós coloniais, o que impõe o desafio de pensar o continente africano em contextos da Antiguidade, ou mesmo no período contemporâneo ao medievo europeu e a época moderna, fora da abordagem dos grandes impérios africanos ou do processo da colonização. O acesso a bibliografias disponibilizadas em modo *on line* tem sido decisivas, assim como tem estimulado o trabalho da pesquisa por parte dos estudantes, também demonstrando que as demandas do currículo escolar muitas vezes extrapolam os conteúdos ensinados na universidade. Nesse sentido, tenho estimulado o acesso a artigos e coletâneas *on line*, ou mesmo materiais como o disponibilizado pela UNESCO, História Geral da África que traz excelentes aportes para o estudo da História desses povos. Outro autor recomendado é Alberto da Costa e Silva, diplomata, africanista que tem se dedicado ao estudo da História Africana nas últimas décadas com reflexões muito pertinentes. (SILVA, 2006)

Numa perspectiva decolonial, tenho procurado estimular os alunos a refletir acerca do conceito de colonialidade, tal como proposto por autores como Walter Dignolo (2005 e 2017) e Aníbal Quijano (2005) que nos desafia a refletir acerca dos efeitos da modernidade na construção de uma colonialidade do ser, do poder, do saber, dentre outros, instigando a busca por outras bases interpretativas. Um exemplo imediato dessa mudança epistemológica é a opção por autores e autoras negras e indígenas, o que corresponde a acessar um conjunto de bibliografias, operando entre o campo da Educação, da Filosofia, Antropologia e História, tem se dedicado ao estudo da história dos povos afrodescendentes e indígenas no Brasil desde uma perspectiva crítica, incorporando muitos dos princípios defendidos pela legislação citada e também por uma perspectiva de pertencimento de seus autores. Autores como Kabengele

Munanga, Hampaté Bâ, ou mesmo autoras como Nilma Lino Gomes (2018) e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva que tanto atuam nos movimentos negros como também na pesquisa acadêmica, tem sido muito indicados porque também tem trazido aportes das pesquisas que refletem sobre os avanços e limites do trabalho com a Educação Étnico Racial nas escolas. No âmbito da historiografia brasileira, muito já se tem produzido, sobretudo sobre a história dos povos afro-brasileiros, no âmbito da escravidão na América Portuguesa e no Brasil do século XIX. Ainda que essa produção muito tenha avançado na compreensão do protagonismo desses povos, alterando visões antigas que os concebiam apenas como parte de sistemas e estruturas econômicas, possibilitando compreender as suas subjetividades, protagonismos e também suas lutas pela liberdade, são poucos os trabalhos que possibilitam pensar a história desses povos fora da chave da escravidão.

Nesse sentido, uma das escolhas tem sido apostar no trabalho com os temas do presente que possibilitem fazer a relação entre esses contextos, evidenciando as marcas desse passado que não passa e que continua nos afetando como indivíduos e sociedade. Esses temas ganham evidência também como vetores da construção de uma problematização entre presente e passado, atribuindo sentidos aos projetos propostos e indicando uma linha narrativa para o conjunto das aulas que serão desenvolvidas pelos estudantes no decorrer desse percurso formativo. Compreendendo, como nos ensina Monteiro (2007), que a história ensinada opera com um conhecimento que é específico e não uma mera simplificação ou adaptação do conhecimento histórico produzido pelos historiadores nas instituições acadêmicas, o desafio proposto aos estudantes tem sido construir projetos de ensino e planos de aula que articulem passado e presente, entrelaçando temporalidades, demonstrando aos estudantes que falar do passado escravista brasileiro não se trata de abordar uma temática distante e alheia ao seu mundo, mas de um tema que é constitutivo das relações sociais e culturais do nosso país.

Dentre os temas mais propostos pelos estudantes, dois deles recaem sobre a questão do trabalho, sendo o trabalho análogo ao de escravo o mais presente, porque sobre ele há um vasto repertório de análises, críticas e reflexões recentes, inclusive no campo da História, permitindo inclusive compreender que esse fenômeno não é exclusivo de regiões mais pobres do país, tendo em vista os vários casos já detectados em Santa Catarina e outras partes da região sul do país. Outro tema que tem comparecido nas proposições dos estudantes tem sido o trabalho doméstico que no Brasil permanece como uma atividade exercida predominantemente por mulheres negras e pardas. O recente movimento de regulamentação da profissão no Brasil que ocorreu em 2015, em torno da chamada PEC das domésticas, fez emergir um amplo debate sobre os problemas que afetam essa profissão, e evidenciou narrativas preconceituosas e racistas que tentaram deslegitimar o processo demonstrando a forte herança escravista do país. Numa outra direção, temas como o encarceramento em massa da população negra também tem comparecido como problemática que procura problematizar o passado racista a partir de uma questão bastante sensível e controversa, atravessada por valores morais e uma ética que culpabiliza, desrespeita os direitos humanos e associa a população afro-brasileira ao crime e a marginalidade. A questão das cotas raciais nas universidades públicas também tem sido um tema proposto pelos estudantes por se tratar de assunto que via de regra afeta os estudantes que pretendem ingressar na universidade, como é o caso dos alunos do colégio de aplicação. Atravessado por visões de senso comum fortemente fundamentadas na meritocracia, esse assunto permanece como difícil de se abordar por mobilizar o privilégio branco de muitos estudantes que não compreendem a sua importância histórica. Por fim, dentre os temas que mais tem comparecido nesses projetos de pesquisa, cito também a objetificação e hipersexualização da mulher negra, questão que tem sido analisada pelos estudantes como parte de uma forte herança cultural patriarcal e racista que ainda permanece e tem sido bastante alimentada pelas propagandas televisivas, pelo carnaval e até muito recentemente pelas propagandas de turismo sobre o Brasil que eram divulgadas no exterior.

Ao analisar o conjunto dos trabalhos desenvolvidos pelos estudantes nos últimos anos, reconheço que essas temáticas são de fato muito importantes de serem analisadas porque dizem respeito a essas permanências que saltam aos nossos olhos e marcam não apenas um imaginário coletivo, mas constituem práticas que produzem e reproduzem diariamente desigualdades, violências e muitos estereótipos. Por outro lado, também não posso deixar de reconhecer que esses temas não tem sido suficientes para contemplar o que institui as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, que dentre uma série de questões, temas e proposições afirma a necessidade de se abordar essa história não apenas do ponto de vista negativo e violento, o que poderia reforçar a contrapelo uma história a qual muitos povos afro-brasileiros não querem ser reduzidos (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2004). Também nos propõe a necessária abordagem dos povos afro-brasileiros como autores da sua própria história, reconhecendo o protagonismo de negros e negras na produção intelectual, na pesquisa acadêmica e na construção de narrativas outras sobre o presente e o passado das populações negras.

Nesse sentido, mais recentemente, venho introduzindo novas abordagens do assunto com meus estudantes, propondo o trabalho com narrativas de autores e autoras negras, seja na pesquisa acadêmica, seja em outras áreas como a literatura, as artes, o cinema e o audiovisual. Significa propor um exercício de questionamento sobre quantos autores, artistas e escritores negros eles conhecem, já acessaram e reconhecem como relevantes para se pensar a história e a cultura brasileira. Tem sido um exercício desafiador, inquietante e muitas vezes constrangedor porque escancara o nosso racismo epistêmico (GROSFOGUEL, 2011) e nos demonstra que o caminho para uma educação antirracista passa por uma grande desconstrução de nosso modo de ver e compreender o mundo, que deve iniciar em nosso cotidiano e perpassar a formação docente, como um pressuposto para novos enfoques teóricos e metodológicos na escola. Como exemplo, gostaria de mencionar um exercício

recente que fiz com meus estudantes de trabalhar com youtubers negros analisando essa produção como parte desse movimento de protagonismo de jovens negros que abordam temas diversos, incluindo o racismo, de uma forma direta, acessível e com uma linguagem dinâmica e permeada de sentidos que conjugam experiências, visões de mundo e formas de enfrentamento<sup>1</sup>. Nesse contexto, refletimos sobre como a internet se tornou um espaço de produção de narrativas contra hegemônicas, dando espaço para a construção de subjetividades descomprometidas com padrões, convenções e normatividades, assim como o seu potencial para visibilidade de grupos ou pessoas que anteriormente não teriam o mesmo poder de ressonância. O intencional deslocamento da discussão sobre o conteúdo do vídeo para o debate sobre as redes e mídias sociais, a meu ver cumpriu o seu objetivo porque nos possibilitou discutir questões que seriam importantes naquele contexto, refletindo sobre o potencial dos conteúdos digitais para o Ensino de História e as formas de apropriação crítica desse material, considerando o universo das culturas juvenis, ainda que para meus alunos aquele tema ainda estivesse muito mais relacionado ao âmbito de suas vidas práticas e cotidianas, sem um acúmulo crítico sobre metodologias e reflexões conceituais. Independente desse limite, o meu objetivo era introduzir o tema e provocá-los quanto a riqueza de conteúdos que podem emergir desses vídeos, assim como esse material poderia ser visto como expressão de autoria, empoderamento, autonomia e protagonismo de jovens negros que falam por si, sobre temas que vão muito além das temáticas do preconceito racial, do racismo e da discriminação, nas abordagens já conhecidas

---

<sup>1</sup>Nesse site é possível acessar matéria que apresenta e analisa a produção de alguns youtubers negros no Brasil, dentre os quais estão alguns com os quais venho trabalhando em minhas aulas. [https://www.huffpostbrasil.com/2018/07/05/33-youtubers-negros-que-voce-precisa-conhecer-segundo-murilo-araujo\\_a\\_23475708/?ncid=other\\_facebook\\_eucluwzme5k&utm\\_campaign=share\\_facebook&fbclid=IwAR16\\_oNAVou9kKPwqIf3CzyTJXYpMfgOGkbLLqrbJLfvuwdUf9lggrn\\_gg](https://www.huffpostbrasil.com/2018/07/05/33-youtubers-negros-que-voce-precisa-conhecer-segundo-murilo-araujo_a_23475708/?ncid=other_facebook_eucluwzme5k&utm_campaign=share_facebook&fbclid=IwAR16_oNAVou9kKPwqIf3CzyTJXYpMfgOGkbLLqrbJLfvuwdUf9lggrn_gg)

e interrelacionadas à pobreza, a precarização da vida e trabalho, a violência policial e ao encarceramento em massa de pretos e pardos no Brasil. Também emergindo assuntos como a beleza negra, moda, família, relações de gênero, “colorismo”, racismo reverso, entrelaçando humor, crítica social e perspectivas de futuro, possibilitando outras interseccionalidades nessa reflexão. Percebi que o exercício foi bastante efetivo, pois esses estudantes, via de regra, são usuários das redes sociais e muito acostumados a acessar conteúdos digitais. Também procurei estimulá-los a incorporar essas narrativas em seus planos de aula, instigando-os ao trabalho com as culturas juvenis e aos seus modos próprios de produzir narrativas sobre o presente e o passado. Assim, a aposta tem sido o entrelaçamento do trabalho com a historiografia, temas do presente desde uma compreensão fundamentada nas temáticas socialmente relevantes e que possibilitem abordar as permanências do racismo no Brasil, também incorporando autores e autoras negras, de diferentes gerações e faixas etária evidenciando o protagonismo juvenil na produção de narrativas sobre o passado.

### **Considerações Finais**

Compreendendo que abordar a história dos povos afro-brasileiros e indígenas é temática complexa, difícil, sensível e também socialmente relevante, dada a sua intrínseca relação a uma dimensão axiológica, como é o caso do racismo, percebo que não é possível abordar o tema sem refletir sobre as posições que ocupamos nesse contexto, sejamos alunos ou professores, reconhecendo os nossos lugares de enunciação. Nesse sentido, compreendo que só é possível ensinar a refletir sobre esse contexto, histórica e criticamente, comprometendo-se com o antirracismo, o que significa atuar não apenas no âmbito da abordagem teórica e conceitual, mas também em novas práticas que envolvem reconhecer e abrir mão de privilégios, abrir-se para a escuta de outras narrativas e sensibilidades, deslocar percepções restritas e promover novas epistemologias, dentre muitas outras.

No entanto, essa não é uma tarefa linear e simples. Assim, continuo apostando em uma formação que associe as dimensões teórica, ética e política, também compreendendo que a formação de um professor implica em reconhecer que o sujeito docente é agente do seu processo formativo que não se constitui fora da experiência que também implica a relação e negociação com outros sujeitos, contextos e processos.

### **Referências**

ABREU, Martha e MATTOS, Hebe. Em torno das "Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira: uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008, p. 5-20.

CANAL, M., COSTA, D. y SANTISTEBAN, Al. El alumnado ante problemas sociales relevantes: ¿Cómo los interpreta? ¿Cómo piensa la participación? En N. de Alba Fernández, F. F. García Pérez y A. Santisteban Fernández (Eds.). *Educación para la participación ciudadana en la enseñanza de las Ciencias Sociales*, Vol. I (pp. 527-535). Sevilla: Díada Editora, S.L. 2012

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília, 2004

FALAIZE, Benoit. O ensino de temas controversos na escola francesa: os novos fundamentos da história escolar na França? *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 224-253, jan./abr. 2014. Título original: L'enseignement des sujets controversés dans l'école française : les nouveaux fondements de l'histoire scolaire en France ? Traduzido por Fabrício Coelho.

GIL, Carmem Zeli de Vargas e CAMARGO, Jonas. Ensino de História e Temas Sensíveis: Abordagens Teórico-Metodológicas. *Revista História Hoje*, v. 7, nº 13, p. 139-159 – 2018.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/11/curr%C3%ADculo-e-rela%C3%A7%C3%B5es-raciais-nilma-lino-gomes.pdf>>. Acesso em: set. 2018.

GUIMARÃES, Selva. Ensinar História: formar cidadãos no Brasil democrático. In: GUIMARÃES, Selva (Org.). *Ensino de História e Cidadania*. Campinas, SP, 2016, p.75-105.

GROSGUÉL, R. (2011). Racismo epistémico, islamofobia epistémica y ciencias sociales coloniales. *Tabula Rasa*, (14), 341-355. Recuperado a partir de <https://revistas.unicolmayor.edu.co/index.php/tabularasa/article/view/1418> acesso em 13/09/2020

LEGARDEZ, Alain SIMONNEAUX, Laurence. *L'école à l'épreuve de l'actualité: enseigner les questions vives*. Local: ESF, 2006.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. 284 p.

MAMIGONIAN, Beatriz G. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850). In: FRAGOSO, João et al. (Org.). *Nas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes, 2006.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 35-54.

\_\_\_\_\_. COLONIALIDADE O lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 32 Nº 94, 2017.

MONTEIRO, Ana Maria. Professores de História: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad, X, 2007.

MONTEIRO, Ana Maria F. C. e PENNA, Fernando de Araújo. Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 191-211, jan./abr., 2011. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade)>

PAGÈS, J.; SANTISTEBAN, A.(coords.) (2011). *Les qüestions socialment vives i l'ensenyament de les ciències socials*. Barcelona: Servei de Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona. Col. Documents, 97.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. *Estágio e Docência*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PEREIRA, Nilton Mullet e SEFFNER, Fernando. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. *Revista História Hoje*, vol. 7, nº 13, p. 14-33, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. P. 117-142

SCHUCMAN, Lia, V. Sim, nós somos racistas: Estudo de Psicologia Psicossocial da Branquitude Paulistana. *Revista Psicologia e Sociedade*, 26 (1), 2014, p. 83-94.

SACRISTÁN, Gimeno. Currículo e diversidade cultural. In SILVA, Tomaz Tadeu e MOREIRA, Antonio Flavio (orgs.). *Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p. 82-113.

SILVA, Alberto da Costa e. *A Enxada e a Lança: A África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, pp. 181-208; 267-291; 539-557.

SILVA, Mônica Martins da. O Estágio Supervisionado em História como espaço de experiências de ensino e Pesquisa. In: Carmem Zeli de Vargas Gil; Marisa Raquel Massone. (Org.). *Múltiplas vozes na formação de professores de História: experiências Brasil-Argentina*. 1ed. Porto Alegre: EST Edições, 2018.